



Centrais entregam 'agenda dos trabalhadores' para ministro do Trabalho

Representantes da CUT e centrais sindicais entregaram nesta quinta-feira (21), para o ministro do Trabalho, Helton Youmura, a “Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora”, durante a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Trabalho.

O documento aprovado no último dia 6, tem 22 propostas para a retomada da geração de emprego e renda, e para o desenvolvimento do Brasil. A agenda foi entregue também, na quarta-feira (20), aos presidentes do Senado, Eunício de Oliveira (MDB-CE), e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Segundo o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, o presidente do Senado se comprometeu em pautar o as-

sunto na Casa e que os parlamentares farão esforço para priorizar os debates em torno da agenda dos trabalhadores.

Para o dirigente, a união das centrais sindicais na construção das propostas foi um avanço importante porque o combate ao desemprego e a construção de estratégias para a retomada do crescimento da economia são temas de interesse de todas as centrais sindicais.

“Quem paga o pato com as crises econômicas, com desemprego, trabalho precário e redução de salário, é a classe trabalhadora. A agenda significa um passo fundamental na luta pelos direitos dos trabalhadores a emprego decente”, afirma Valeir.

Ainda de acordo com o sin-

dicalista, o presidente do Senado lamentou que a Medida Provisória (MP) 808, que “corrigiria” alguns pontos da “reforma” trabalhista (Lei 13.467), não tenha tramitado.

A revogação da lei e da Emenda Constitucional 95, que congela investimentos públicos por 20 anos, está entre os pontos da agenda da CUT e das demais centrais.

Na reunião do Conselho Nacional do Trabalho, que debate problemas relacionados ao mundo do trabalho e é composto por representantes dos trabalhadores, dos empresários e governo, a CUT e demais centrais também cobraram do ministro do Trabalho, que priorize o tema.

Escrito por: Andre Accarini



Horário de funcionamento do Sindsep/MA

A Diretoria do Sindsep/MA informa aos seus filiados, colaboradores e funcionários que, em função dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol, o expediente será alterado.

No próximo dia 27, dia da partida entre Brasil e Sérvia, às 15h, o expediente será encerrado ao meio dia.



Deputados e ministros do TST se unem contra os direitos trabalhistas

A Câmara dos Deputados lançou este mês as Jornadas Brasileiras das Relações do Trabalho, uma série de eventos que vai reunir um grupo de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e juristas, todos favoráveis à reforma trabalhista. A missão desses especialistas na área do trabalho é convencer advogados, juizes, membros do Ministério Público e auditores fiscais do Trabalho, responsáveis pela aplicação direta da legislação, que a nova lei trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) é moderna e não tira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

O evento será coordenado pelo ex-ministro do Trabalho e presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, Ronaldo Nogueira (PTB-RS), que não convidou nenhuma autoridade ou especialista da área contrários à nova lei para fazer parte do grupo. A ideia, portanto, não é debater de forma democrática as mudanças e, sim, tentar convencer os convidados que a lei, que legalizou contratos antes proibidos, como o intermitente, não foi feita sob medida para beneficiar empresários.

“Como um ministro do TST, que deveria defender os direitos dos trabalhadores, pode participar de um evento que vai tentar convencer fiscais do trabalho que uma reforma com vários itens inconstitucionais é um avanço na garantia de direitos desses trabalhadores?”, questiona o presidente da CUT, Vagner Freitas.

“A reforma trabalhista promoveu retrocesso de um século nas condições de trabalho

no Brasil, antes mesmo da construção da CLT, e caminha na contramão do trabalho formal e protegido, promove o aumento da informalidade, ampliação de jornada e inviabiliza a organização dos trabalhadores”, pontua indignada a secretária de Relações de Trabalho da CUT Graça Costa, lembrando que vários juizes em todo o Brasil concordam que a reforma tem vários artigos inconstitucionais.

A falta de diálogo também é criticada pela secretária de Relações do Trabalho da CUT que lembra a falta de democracia que envolveu a tramitação da reforma trabalhista no Congresso Nacional.

“O projeto não foi construído com a participação do movimento sindical, as emendas propostas pelas Centrais Sindicais não foram acatadas e o texto passou na íntegra, sem um debate democrático. A forma como os parlamentares, junto com o ex-presidente do TST, o senhor Ives Gandra, tratam os trabalhadores é uma vergonha!”.

Para Graça Costa, hoje temos no Brasil três poderes defendendo os interesses do capital em prejuízo da classe trabalhadora: Executivo, Legislativo e Judiciário.

“Eles trabalham para fazer uma ‘vampirização’, retirando direitos, precarizando as condições de trabalho, e colocando as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros entre os mais pobres do mundo”.

Alguns dos principais pontos questionados são: o aumento da jornada de trabalho, a possibilidade de se pagar salários inferiores ao mínimo, a sobreposição do negociado sobre o legislado, a terceirização sem limites e o

desmonte da justiça do trabalho e do movimento sindical e os impedimentos para que o trabalhador reclame seus direitos.

Enquanto as Jornadas Brasileiras das Relações do Trabalho da Câmara dos Deputados estiverem percorrendo o Brasil com suas mensagens equivocadas, a CUT e demais centrais e entidades que defendem os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, vão continuar esclarecendo a classe trabalhadora sobre os impactos negativos da lei de Temer nas suas vidas.

“Já ganhamos a narrativa uma vez quando saímos com a campanha ‘quem votar, não volta’ e vamos ganhar novamente”, afirma Vagner.

“Vamos lembrar aos trabalhadores que outubro é mês de eleição, hora de aposentar os deputados que traíram a classe trabalhadora aprovando essa reforma nefasta. É hora de elegermos candidatos comprometidos com os direitos da classe trabalhadora”.

10 de agosto - Dia do Basta

O presidente da CUT conclui dizendo que a Central está organizando os trabalhadores em seus locais de trabalho, preparando mobilizações e atos como o do dia 10 de agosto quando será realizado o Dia Nacional de Luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

“Dia 10 de agosto é o ‘dia do basta’. Basta de desemprego, basta de precarização do trabalho, basta dos aumentos do gás de cozinha, da gasolina e do diesel”.

Escrito por: Rosely Rocha, especial para Portal CUT